



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA-UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DANIEL DOS SANTOS CARNEIRO
FRANCISCO JOSÉ SIMPLÍCIO CAVALCANTE
FRANCISCA FLADIANA DE SOUSA RODRIGUES RUIZ

**COMUNIDADE E GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA:
PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

REDENÇÃO-CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Ruiz, Francisca Fladiana de Sousa Rodrigues.

R884c

Comunidade e gestão escolar participativa: práticas, desafios e possibilidades / Francisca Fladiana de Sousa Rodrigues Ruiz. - Redenção, 2019.
33f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientadora: Prof. Dra. Mônica Mota Tassigny.

1. Gestão escolar. 2. Gestão pública. 3. Gestão participativa. I. Carneiro, Daniel dos Santos. II. Cavalcante, Francisco José Simplício. III. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 371.2012

DANIEL DOS SANTOS CARNEIRO
FRANCISCO JOSÉ SIMPLÍCIO CAVALCANTE
FRANCISCA FLADIANA DE SOUSA RODRIGUES RUIZ

**COMUNIDADE E GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA:
PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade à distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Mota Tassigny



ATA DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE TCC

ATA 05 / 2018

Aos 28 dias do mês de abril do ano de 2018, nas dependências do Polo de Apoio Presencial de Redenção, na cidade de Redenção, Estado do Ceará, reuniu-se a banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), composta pelos seguintes avaliadores: **Monica Mota Tassigny (professora orientadora), Joyce Arrais de Araújo Andrade (professora avaliadora), Maria Denise Nunes Rodrigues (professora avaliadora)**. Foi avaliado o trabalho dos (as) discentes:

Aluno (a) 1: Francisco José Simplicio Cavalcante

Aluno (a) 2: Daniel dos Santos Carneiro

Aluno (a) 3: Francisca Fladiana de Sousa Rodrigues Ruiz

Que teve por título: COMUNIDADE E GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O trabalho de apresentação e arguição foi iniciado às 11:05 e encerrado às 13:40. Após avaliação e deliberações por parte da Banca Examinadora, o trabalho foi considerado aprovado (aprovado/reprovado), com notas:

Alunos	Trabalho	Apresentação	Nota
	Textual	Individual	Final
Francisco José Simplicio Cavalcante	6,0	1,0	7,0
Daniel dos Santos Carneiro	6,0	1,0	7,0
Francisca Fladiana de Sousa Rodrigues Ruiz	6,0	1,0	7,0

Eu, Mônica Mota TASSIGNY lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.



Ministério da Educação
UNILAB/ DEAAD/Documentos para orientação e/ou defesa de TCC

Justificativa da deliberação da Banca:

Conter formatação conforme monografia/TCC. Identificar os erros de 3 resumos citados. Tabelas sem títulos. Melhorar todo o trabalho conforme objetivos que a conta Pesquisa Descritiva. Incluir todos os instrumentos de pesquisa. Revise objetivos.

Revisar conclusões → aparece o "queiro" na conclusão mas não foram neste tema.

Devido ao parecer e justificativa acima, o trabalho dos (as) discente deve ser considerado:

() . Aprovado para entrega imediata, sem correções;

. Aprovado, necessitando de pequenas correções, devendo ser reapresentado em trinta dias para o orientador;

() . Reprovado.

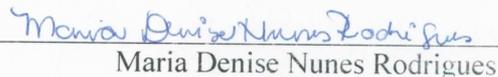
Professor(a) Orientador(a):


Monica Mota Tassigny

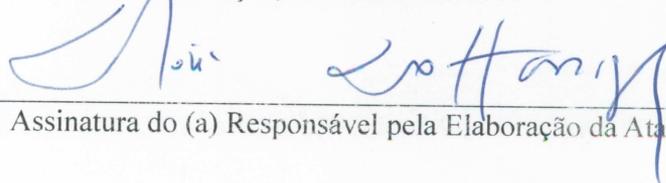
Professor(a) Avaliador(a) 01:


Joyce Arrais de Araújo Andrade

Professor(a) Avaliador(a) 02:


Maria Denise Nunes Rodrigues

Redenção, 28 de abril de 2018


Assinatura do (a) Responsável pela Elaboração da Ata

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus, por ter nos dado força e disciplina para enxergarmos um horizonte.

Agradecemos aos nossos familiares e amigos, pelo apoio e paciência, durante esta nossa longa caminhada, e por suas palavras de incentivo.

Aos tutores, professores e ao pessoal da DEAAD, pela paciência e prontidão em atender aos nossos problemas e questionamentos.

À Professora Dra. Mônica, pela paciência e orientação que nos trouxe até aqui, pois sem sua ajuda seria inviável a conclusão do TCC.

RESUMO

Este trabalho compõe uma pesquisa descritiva desenvolvida entre os anos de 2016 e 2018 nos municípios de Fortaleza, Guaramiranga e Palmácia, situados no Estado do Ceará. O objetivo principal deste estudo é explicitar a compreensão sobre a percepção de Gestão Pública Escolar Participativa, por parte da comunidade de pais e gestores escolares. No decorrer da pesquisa, apresenta-se a bibliografia de contribuições acerca dos processos de transformação no sistema público de educação no Brasil. Para compreender a participação popular no espaço escolar, realizou-se uma análise de documentos como atas, leis de criação de conselhos escolares e demais documentos normativos à participação popular junto à escola pública. Os resultados apontam que a comunidade de pais e responsáveis não compreendem de maneira elucidada os representantes da comunidade junto ao espaço escolar, e os gestores conhecem os instrumentos de participação popular, porém não trabalham de maneira efetiva em relação à divulgação de tal meio.

Palavras-chave: Comunidade. Percepção. Gestão Pública Escolar.

ABSTRACT

This work composes a descriptive research developed between the years 2016 and 2018 in the municipalities of Fortaleza, Guaramiranga and Palmácia, located in the State of Ceará. The main objective of this study is to explain the understanding about the perception of Participatory Public School Management by the parents and school managers community. In the course of the research, the bibliography of contributions about the processes of transformation in the public education system in Brazil is presented. In order to understand the popular participation in the school space, an analysis of documents such as minutes, laws to create school councils and other normative documents to the popular participation in the public school was carried out. The results show that the community of parents and guardians do not understand the representatives of the community in the school space in an elucidated way, and the managers know the instruments of popular participation, but they do not work effectively in relation to the dissemination of such means.

Keywords: Community. Perception. Public School Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O que você entende por escola?Erro! Indicador não definido.

Figura 2 - Você acompanha o desempenho e frequência do seu filho junto a escola?2Erro! Indicador não definido.

Figura 3 - Você acha que realmente a escola têm condições de sozinha preparar seu filho de forma eficiente para exercer a cidadania e ter uma educação plena?Erro! Indicador não definido.

Figura 4 - O que você entende por gestão participativa na escola?Erro! Indicador não definido.

Figura 5 - Você acompanha de perto a situação da escola em que seu filho estuda e compreende os problemas, dificuldades, projetos e dificuldades que a escola possui?Erro! Indicador não definido.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AGP	Administração Pública Gerencial
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
GE	Governo Empreendedor
LDB	Lei De Diretrizes E Bases Da Educação
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional De Educação
PPA	Progressive Public Administracion

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REVISÃO DE LITERATURA	111
3	METODOLOGIA.....	166
3.1	Conselhos de educação: normativas da participação popular	188
3.2	A Concepção da Comunidade e dos gestores Escolares sobre Gestão Escolar Participativa.....	211
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
	REFERÊNCIAS.....	266
	ANEXO I – ENTREVISTAS GESTORES.....	288
	ANEXO II – ENTREVISTAS GESTORES	290
	ANEXO III – ENTREVISTAS GESTORES	301
	ANEXO IV – GESTORES	312
	ANEXO V – PAIS.....	32

1 INTRODUÇÃO

As curiosidades e inquietações que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa têm por base a compreensão acerca da concepção de comunidade sobre gestão escolar participativa, levando em consideração a conjuntura sociopolítica e educacional que o Brasil vem passando atualmente e as inúmeras propostas de reformas nos mais diversos setores da administração pública e o lugar da gestão pública escolar. Além disso, deve compreender não somente a educação na sua proposta pedagógica mas considerar o meio social, a política e as possíveis influências das Escolas Administrativas na atualidade e ao longo da história da educação no Brasil, compreendendo assim como tais escolas podem moldar a gestão pública escolar.

Fundamentalmente, é bastante importante buscar a compreensão sobre o lugar da gestão participativa na Administração Pública Escolar, porém, para problematizar sobre tal temática, é necessário haver discussão e conceituação da administração pública e influências dos modelos organizacionais e dos movimentos populares nos processos de elaboração e administração de políticas públicas, apresentando o contexto histórico dos processos de mudanças nas políticas educacionais ao longo dos tempos, bem como apresentar e questionar os modelos de gestão que se intitulam como participativas ou democráticas, porém, carregam grande influência da gestão burocrática na sua estrutura.

O processo de elaboração da pesquisa (definição da problemática e dos caminhos a serem percorridos) ocorreu a partir da elaboração dos Seminários Temáticos desenvolvidos nos anos de 2016 e 2017 no decorrer do curso¹ e nos processos de orientação. O desenvolvimento da pesquisa aconteceu simultaneamente na capital Fortaleza e nos municípios de Guaramiranga e Palmácia, situados no Maciço de Baturité².

No que diz respeito à definição e questionamento sobre o problema a ser pesquisado, o desenvolvimento e a delimitação da problemática ocorreu a partir dos períodos de estágio *in loco*, do contato com documentações, projetos das instituições, planos de elaborações de metas, planejamentos escolares e análises de desempenho dos anos letivos e eventos

¹ Aqui são referidos os seminários desenvolvidos no decorrer do curso de bacharelado em Administração Pública na modalidade EAD, ministrados na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

² O Maciço de Baturité é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de Baturité, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Maci%C3%A7o_de_Baturit%C3%A9

² Fortaleza é um município brasileiro, capital do estado do Ceará, situado na região Nordeste do país.

direcionados à comunidade de pais. A partir dos dados analisados, foi percebida a necessidade de se compreender melhor as formas de gestão participativa na escola pública, bem como as concepções das comunidades de pais e gestores sobre tal questão.

Assim, com o objetivo de buscar compreender a gestão escolar e a percepção da comunidade acerca de gestão participativa, busca-se a reflexão tomando por base as comunidades e gestões de três escolas nos respectivos municípios apresentados. Além de diálogos com a bibliografia apresentada no decorrer deste trabalho, pretende-se considerar a opinião da comunidade de pais por meio da aplicação de questionários a respeito de sua compreensão sobre gestão escolar e gestão participativa, e os gestores das escolas dentre outros pontos que serão apresentados.

A pertinência de entender a opinião de uma determinada amostra de pais vai de encontro à necessidade de compreender o entendimento da comunidade quanto ao seu lugar, sua participação frente à instituição Escolar Pública. A opinião do gestor escolar pode ser compreendida para o entendimento sobre a sua própria concepção acerca de trabalho enquanto gestor público.

Com as indagações, os diálogos com a bibliografia proposta e amostras sobre concepções de gestão pública escolar por parte de pais e gestores, busca-se de maneira qualitativa compreender as partes envolvidas, o contexto histórico e o meio. Em seguida, pretende-se analisar a concepção de gestão escolar participativa por parte dos pais e gestores.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O objetivo desta pesquisa é apresentar uma discussão sobre Gestão Pública Escolar da seguinte maneira: Gestão Pública, Gestão Pública Escolar e Gestão Democrática e Participativa, de forma a compreender os processos históricos e sociais que contribuíram para o desenvolvimento e mudanças na estrutura educacional do Brasil.

Como discussão teórica, foram estabelecidos diálogos com autores, como: Leonardo Secchia em “Modelos organizacionais e reformas da administração pública”; Cassia Cordeiro Furtado e Larissa Silva Cordeiro, em “Estudo de usuário da informação: uma análise da integração do sistema de classificação por cores na Biblioteca da Escola Anna Adelaide”, artigo apresentado no XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação; “Gestão educacional Concepções em disputa”, de Benno Sanders; Soraya Andrea Figueiredo do Rosário, em “Valores Organizacionais e Valoração no serviço público de Educação em Um Município Cearense - Brasil: Análise da Percepção e seus agentes”; e Durlei Maria

Bernardon Rebelatto³, que apresenta uma discussão a influência das escolas administrativas no processo de desenvolvimento da administração escolar e a influência e a mobilização popular na perspectiva da gestão escolar democrática, passando pelas modificações do lugar social da escola e da administração escolar ao longo do tempo, apresentando assim a trajetória de construção do conhecimento em administração da educação no Brasil.

É nesse contexto que o Brasil adota, acriticamente, “[...] modelos e receitas de administração concebidos em outros ambientes culturais em funções de interesses econômicos e objetivos políticos frequentemente diferentes daqueles do Brasil.” (SANDER, 2007a, p. 13). As consequências dessa adoção acrítica de modelos oriundos de outros contextos impactaram no desenvolvimento não só do Brasil, mas de toda a América Latina, tanto em termos sociais, culturais, econômicos e políticos como em educacionais 10. Além da adoção do pensamento administrativo oriundo de outros contextos, carregamos no Brasil profundas marcas condicionadas por valores autoritários que presidiram, e ainda presidem, sempre pelo alto, as relações sociais presentes em nossa cultura desde os tempos coloniais (AZEVEDO, 2011a) (REBELATTO, 2014, p. 324).

Percebe-se no trecho anterior que, de certa forma, sobre educação, o Brasil sempre foi mais propenso a adotar modelos preestabelecidos em vez de paradigmas pensados e desenvolvidos para políticas sociais voltadas para sua realidade. Porém, há influência das escolas administrativas e da mobilização popular, como exposto na semana de Arte Moderna:

Mudanças começam a despontar na década de 1920, quando se assiste a uma efervescência política, cultural e intelectual no Brasil, fenômeno esse informado, por exemplo, pela Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, no ano de 1922; a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924; e outros movimentos da sociedade brasileira que antecederam a Segunda República, instalada com a Revolução de 1930. No campo educacional, destaca-se a efervescência intelectual ligada ao movimento da “Escola Nova”. Em contraposição à educação tradicional, o movimento escolanovista reclamava uma melhor correspondência da educação com os ideais de desenvolvimento do país, marcado pelo avanço da industrialização. (REBELATTO, 2014, p. 325)

Outras contribuições para a compreensão dos processos de gestão da educação pública consistem no movimento Escola Nova, que se preocupava também com um maior cuidado em relação aos parâmetros da educação, defendendo dentre vários aspectos a necessidade de uma educação científica em sua estrutura. Nessa concepção, os primeiros teóricos apontaram carências nos campos sociais, filosóficos e técnicos da estrutura de ensino e educação no Brasil. Nessa perspectiva,

A preocupação de Anísio Teixeira no campo da administração recaía na ampliação da escola que, de destinada à elite, deveria passar a atender a todos. Sua preocupação não era apenas com a oferta, mas com a aprendizagem de todos, ou seja, com a qualidade do ensino a ser ofertado com a ampliação e a complexidade dos sistemas escolares. Isso incluía novos métodos e processos de ensino e aprendizagem que iriam refletir na administração, implicando sua organização e eficiência no fazer.

³ TRAJETÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: TESSITURAS, RUPTURAS E CONTINUIDADES. Colóquio Internacional de Educação 2014.

[...] Querino Ribeiro, posteriormente ao lançamento da sua obra de 1938, publicou “Ensaio de uma teoria da administração escolar”, em 1952. Foi nessa obra que procurou delimitar seu campo de estudo e elaborar uma teoria para o então campo da administração escolar. Para esse autor, a administração da educação servia a uma política e a uma filosofia da educação, como objetivos específicos. A escola, nesse sentido, é importante pelo lugar que ocupa como instituição social e pelas atividades específicas que desempenha. (???)Idem. p. 326)

Enquanto Anísio Teixeira e Querino Rodrigues (ANO?) concentravam respectivamente na ampliação e democratização do ensino e teoria da administração escolar,

[...] as concepções teóricas de Lourenço Filho, outro autor à frente das primeiras produções no campo da administração educacional, estão relacionadas à sua posição de “[...] administrador e reformador de sistemas de ensino e sua preocupação com a educação enquanto um fenômeno social e bem público.” (RIBEIRO; MACHADO, 2007, p. 21). (???)Idem. p. 327)

Busca-se compreender historicamente a influência da conjuntura política e social do país e das escolas administrativas quanto a influências dos movimentos sociais frente à educação no Brasil. O trecho apresentado nos mostra que, mesmo como administrador, a partir de sua atuação, Lourenço Filho buscou fazer da educação um bem público.

Benno Sander⁴ discute distintos pontos de vista amparados no estudo e no exercício da gestão da educação do Brasil, baseado no contexto histórico do país e no campo de suas relações de interdependência internacional. Analisando o trajeto do conhecimento no que diz respeito à gestão da educação, o artigo destaca as tradições filosóficas e sociológicas latentes em disputa e aborda seus desdobramentos conceituais, suas interferências políticas e praxiológicas. Seu propósito é colaborar para o entendimento dos atos e fatos que identificam o cotidiano da política da gestão da educação.

Observando o contexto histórico da educação, identifica-se um ambiente de lutas em que seus autores impõem seus pontos de vista, considerando opções políticas, filosóficas e sociológicas. O estudo sistemático da administração nos âmbitos público, empresarial e educacional é uma prática recente imposta pelo que o autor chama de “explosão organizacional”, resultante da consolidação da Revolução Industrial da era moderna, fato que motivou a procura do conhecimento na administração pública e privada e na gestão da educação em todo mundo. (SANDER, 2007)

Considerando o recorte histórico da Revolução Industrial, o ensaio delimita-se à disputa das tradições e contradições de três momentos que caracterizam a trajetória do conhecimento no que diz respeito à gestão da educação nos dois últimos séculos: o momento da construção, o momento da desconstrução e o momento da reconstrução.

⁴ Gestão educacional Concepções em disputa. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

No que diz respeito ao paradigma da primeira construção liberal com as chamadas teorias clássicas da administração, instala-se o reinado da eficiência econômica, da produtividade a qualquer custo e da tecnoburocracia como sistema de organização. Durante esse período as necessidades humanas, considerações políticas e os valores éticos foram exilados. Para superar essas limitações, desenvolveu-se a construção comportamental da administração, baseada nos estudos de psicologia e sociologia de orientação funcionalista. A construção comportamental consagra a eficácia em oposição à eficiência.

As teorias tecnoburocráticas e as concepções comportamentais de administração da Europa e dos Estados Unidos foram concebidas e desenvolvidas com a influência do positivismo filosófico e o funcionalismo sociológico, que dominavam o pensamento científico e cultural da época, em que o Brasil fazia parte do contexto.

Assim, instala-se a primeira disputa de diferentes pontos de vista no que diz respeito às concepções de gestão educacional no âmbito interno da tradição positivista na primeira metade do século XX, durante o governo militar no Brasil (modelo-máquina), em que a prioridade eram a economia, a produtividade e a eficiência. Esse fato influenciou os sistemas de organização e gestão da educação no Brasil.

Os autores Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Lourenço Filho, que integravam um movimento progressista dos pioneiros da educação na década de 1930, foram opostos à realidade imposta pelo governo militar da época e prepararam o caminho para um novo movimento no campo da gestão da educação. No entanto, o movimento foi consolidado somente décadas posteriores.

Em *modelos organizacionais e reformas da administração pública*⁵, Leonardo Secchi discute o modelo burocrático e as alternativas ao modelo burocrático, que foram: a administração pública gerencial (AGP) e o governo empreendedor (GE), além do movimento governança pública. Porém, a discussão de Secchi está além de apresentar suas reflexões acerca de se pensar a real intenção, e natureza das propostas de reformas é instigante para se pensar os processos de gestão escolar participativa. O artigo tem como objetivo analisar modelos organizacionais diretamente relacionados nas reformas administrativas: o modelo burocrático, o gerencialismo (subdividido em APG e GE) e a governança pública. Seguido da análise comparativa dos modelos em apresentados,

O modelo burocrático é atribuído a Max Weber, porque o sociólogo alemão analisou e sintetizou suas principais características. O modelo também é conhecido na literatura inglesa como *progressive public administration* — PPA (Hood, 1995),

⁵ Revista de administração pública. rap — Rio de Janeiro 43(2):347-69, mar./abr. 2009 FGV.

referindo-se ao modelo que inspirou as reformas introduzidas nas administrações públicas dos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX, durante a chamada progressiva Era. No entanto, desde o século XVI o modelo burocrático já era bastante difundido nas administrações públicas, [...] Weber identificou o exercício da autoridade racional-legal como fonte de poder dentro das organizações burocráticas. Nesse modelo, o poder emana das normas. (SECCHI, 2009, p. 350-351)

Esse trecho apresentado por Secchi fica mais evidente quando se pensa nos processos verticalizados de tomada de decisão nas instituições públicas de educação básica, em que, por mais que todos possam dar opiniões, a decisão final sempre cabe ao gestor escolar. Percebe-se então requintes da gestão burocrática:

A partir desse axioma fundamental derivam-se as três características principais do modelo burocrático: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo [...]. O chefe ou diretor de um setor ou departamento tem a autoridade e responsabilidade para decidir e comunicar sua decisão. O chefe ou diretor é a pessoa que formalmente representa a organização. Ainda mais importante, a impessoalidade implica que as posições hierárquicas pertencem à organização, e não às pessoas que a estão ocupando. Isso ajuda a evitar a apropriação individual do poder, prestígio, e outros tipos de benefícios, a partir do momento que o indivíduo deixa sua função ou a organização [...]. As funções são atribuídas a pessoas que chegam a um cargo por meio de competição justa na qual os postulantes devem mostrar suas melhores capacidades técnicas e conhecimento. (SECCHI, 2009, p. 351)

Para interpretar a participação da comunidade no espaço escolar, tomaram-se por base os PCNS a partir das normas que regem a participação da comunidade no ambiente escolar. Segundo os PCNS, os Parâmetros Curriculares podem funcionar como elementos catalisadores de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País:

[...] que o currículo, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, deve obrigatoriamente propiciar oportunidades para o estudo da língua portuguesa, da matemática, do mundo físico e natural e da realidade social e política, enfatizando-se o conhecimento do Brasil. Também são áreas curriculares obrigatórias o ensino da Arte e da Educação Física, necessariamente integradas à proposta pedagógica. O ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna passa a se constituir um componente curricular obrigatório, a partir da quinta série do ensino fundamental (art. 26, § 5o). Quanto ao ensino religioso, sem onerar as despesas públicas, a LDB manteve a orientação já adotada pela política educacional brasileira, ou seja, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas, mas é de matrícula facultativa, respeitadas as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis (art. 33) [...]. (BRASÍLIA-DF, 1997, p. 14)

O ensino proposto pela LDB está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar toda a formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para: “I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se

fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (BRASIL, 1996)

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa desenvolveu-se respectivamente nos municípios de Fortaleza, Guaramiranga e Palmácia, no Estado do Ceará. Os dados foram coletados em uma escola de cada município, totalizando três instituições. Nas três escolas, foi identificado o problema de pesquisa a ser trabalhado, além de análises de documentações referentes aos indicadores, planejamentos escolares e metas de cada instituição durante os estágios supervisionados. Nessa primeira etapa, a partir do processo de estágio na instituição, a função é de perceber um problema a ser pesquisado.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em levantamento de entrevistas e levantamento documental em que se buscou auferir documentos normativos referentes à participação da comunidade. Nesta etapa, foram realizadas visitas à Câmara Municipal de Palmácia, em que foram obtidos documentos referentes às normativas da participação popular no espaço escolar. No local citado, foi encontrada a Lei n.º 230/2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, que em sua composição deliberativa conta com dois representantes, pais de alunos das escolas públicas municipais, e a Lei n.º 125/2000, que cria o Conselho de Alimentação Escolar como mais um mecanismo acerca do controle interno e externo da aplicação e prestação de contas dos recursos do PNAE, a exemplo anterior com mais dois representantes de pais de alunos na composição deliberativa.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas com diferentes tipos de questionários. A primeira etapa foi realizada durante um evento dedicado ao dia das mães, em que foi aplicado um questionário com perguntas e respostas preestabelecidas, a fim de se tentar compreender a concepção das responsáveis pelos alunos.

Foi consultada a Secretaria de Educação para fazer levantamento referente à participação da comunidade no espaço escolar. Pelo fato de se buscar descrever a natureza da Gestão Pública Escolar, tanto na perspectiva bibliográfica como a partir das fontes levantadas que buscam auxiliar a compreensão de gestão Escolar Participativa por parte da comunidade de pais e por parte de gestores escolares, compreende-se que este estudo trata-se de uma

pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, para se compreender as fases da pesquisa bibliográfica, empregando as oito fases distintas do processo, que orienta desde a escolha do tema à redação e distinção entre sujeito e objeto da questão, em que se compreende por sujeito a realidade da pesquisa, e, neste caso, o universo em que está inserida a Gestão Escolar Participativa.

No município de Fortaleza-CE, seguiram-se também as mesmas etapas de identificação do problema de pesquisa, seguido de análise de documentos da instituição, aplicação do questionário no evento da escola destinado ao dia das mães, com perguntas e respostas preestabelecidas às responsáveis. O levantamento de documentação referente às normativas da participação popular foi consultado no Portal do MEC⁶, em que se verificou a publicação do Diário Oficial de Fortaleza n.º 11.918 de 28 de agosto de 2000, e a Lei n.º 7990 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a criação do Conselho Escolar.

No município de Guaramiranga, aplicaram-se os mesmos processos seguidos nos outros municípios pesquisados, consultados junto à secretaria municipal de educação em que se verificaram as leis n.º 010/97, que dispõe sobre a Constituição do Conselho Municipal de Educação de Guaramiranga. A Lei n.º 145/2007 de 07 de março de 2007 cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. A Lei n.º 005/97 dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Alimentação Escolar.

Marconi e Lakatos (2003) apresentam a entrevista como uma forma de coleta de dados. Porém, também apresentam as vantagens, como economia de tempo e amostra, abrangência geográfica mais ampla, e desvantagens, que consistem no fato de não poderem ser aplicadas a pessoas analfabetas, ou que desconhece as circunstâncias. Na outra etapa das entrevistas, foram aplicados questionários com duas perguntas abertas a três pais e cinco gestores. Nas perguntas direcionadas aos gestores, busca-se a compreensão de mecanismos de participação dos pais junto à escola e quais os mecanismos seguidos da opinião do gestor a respeito da participação dos pais na gestão escolar. No questionário dos pais, busca-se compreensão sobre a opinião acerca de gestão escolar, seguida da opinião em relação à participação da comunidade no ambiente escolar. Para aplicação dos questionários, foram entregues 100 formulários: 40 para mães ou outros responsáveis, no município de Fortaleza, 30 em Palmácia, e 30 em Guaramiranga.

⁶ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=557-legislacao-fortaleza&Itemid=30192

Com relação à faixa etária dos responsáveis entrevistados, os dados obtidos mostram que 15% dos responsáveis estão entre 15 e 20 anos, 38% estão entre 20 e 30 anos, e entre 30 e 40 anos estão 21% dos entrevistados. Os outros 26% ficam na faixa etária de 41 a 70 anos somam os restantes 26% de entrevistados. Esse modelo de questionário apresentado anteriormente refere-se à primeira etapa da obtenção de dados para compreender o entendimento por parte das mães acerca da compreensão sobre gestão escolar.

O segundo momento de levantamento de fontes ocorreu com a aplicação de um questionário aberto para quatro gestores públicos escolares e quatro pais. Nesse momento, busca-se compreender tanto a concepção do gestor quanto dos pais sobre gestão escolar. Nas perguntas direcionadas aos gestores, busca-se compreender se há mecanismos de participação dos pais junto à escola e quais os mecanismos seguidos da opinião do gestor a respeito da participação dos pais na gestão Escolar.

3.1 Conselhos de educação: normativas da participação popular

A participação popular ocorre por meio de Conselhos Escolares constituídos por representantes da comunidade e da Escola. Mesmo não havendo a obrigatoriedade da constituição de Conselhos Municipais de Educação, há um amparo tanto na LDB como na Constituição, que diz:

Não existe legislação no Brasil que obrigue uma cidade a ter um conselho municipal de Educação. A decisão depende apenas do próprio município. No entanto, deve-se ressaltar que a existência do conselho municipal de Educação como instituição encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 e na Lei 10.172 de 09/01/01, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).⁷

Na ausência de Conselho Municipal em determinado município, cabe a atuação do Conselho Estadual. Para compreender o papel dos Conselhos Escolares, é necessário perceber que em todo o delinear histórico dos avanços da participação popular, e desde as criações dos Conselhos de Instruções Públicas e Ministério da Educação, que tiveram início ainda no Império em 1842 e vão até a primeira década do século XX, existe a composição de funcionários públicos com cargos de chefia e diretores de estabelecimentos de ensino que recebiam atribuições de organização e inspeção escolar, definindo matérias e métodos de

⁷ Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/26749/perguntas-e-respostas-o-que-sao-e-como-funcionam-os-conselhos-municipais-de-educacao/>

ensino, elaborando compêndios escolares e fiscalizando a conduta dos professores, dentre outras atividades da mesma natureza. (BRASIL, 2004, p. 25)

Desse período, registram-se os seguintes conselhos: Conselho de Instrução Pública; Conselho Geral da Instrução Pública; Conselho Diretor do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte; Conselho Superior de Instrução Nacional; Conselho de Instrução Superior; Conselho Diretor da Instrução Primária; Conselho Superior de Ensino; Conselho Nacional de Ensino; Conselho Nacional de Educação; Conselho Federal de Educação; Conselhos Estaduais de Educação, até chegar aos Conselhos Municipais de Educação. No que diz respeito à compreensão de Conselhos Escolares na atualidade, o Ministério da Educação e Cultura, por meio do Caderno 6 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, afirma:

Quanto à denominação, as duas formas são encontradas com o mesmo significado. Adotamos aqui a expressão o Conselho Escolar seguindo a tradição da área educacional. No setor educacional, a tradição consagrou o termo conselho seguida da especificação da área institucional de abrangência não no caso, conselho nacional, estadual ou municipal de educação não para distinguir das demais áreas de ação. O *Conselho Escolar* constitui a própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão. Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública governamental. Seguindo essa tradição, a LDB e a maioria dos sistemas de ensino adotaram o termo *Conselho Escolar*, simplesmente. O acréscimo da especificidade – *conselho escolar de educação ou de ensino* – seria redundante, uma vez que esta é a especificidade da instituição escola. Essa tradição foi seguida pelas universidades, desde sua origem, para o conselho que representa o todo da instituição não Conselho Universitário –, não sendo encontrada a expressão conselho de universidade⁸.

Além de apresentar o Conselho Escolar e seu lugar social nos processos de tomadas de decisões, o Caderno apresenta também sua função social na escola, constituindo-se na voz da pluralidade dos atores sociais envolvidos:

[...] É fundamental que o conselho congregue em si a síntese do significado social da escola, para que possa constituir-se a voz da pluralidade dos atores sociais a quem a escola pertence”. Então vem ao caso uma pergunta essencial: a quem pertence à escola pública? A resposta Óbvia seria: aos cidadãos, ao público. O Estado, desde suas origens, foi a institucionalidade, a expressão da sociedade. Obviamente, então, que a escola não pertence ao governo, nem ao diretor e nem aos trabalhadores internos. No entanto, a tradição patrimonialista brasileira a situa como do governo, quando não dos governantes, ou então, em nome da democratização, as corporações internas dela se apossam. O ato companheiro (daquele que faz parte do mesmo objetivo) de ouvir opiniões e compartilhar decisões divide responsabilidades e aumenta a possibilidade de acertos. Essa é a razão de ser, o verdadeiro significado dos Conselhos Escolares. (Idem. p. 37)

⁸ Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf

No que se refere aos Conselhos Escolares atualmente são criados a partir de lei municipal, em que cada município divulga por meio de publicação no Diário oficial⁹ o processo de normatização da criação do Conselho.

Na perspectiva de atuação, os Conselhos aparecem como uma proposta de gestão democrática na educação pública e funcionam como mediadores e articuladores entre sociedade e gestores da educação pública municipal. Suas ações e funções são de natureza consultiva, deliberativa, normativa e avaliativa¹⁰ e são criados na forma de colegiados de ordem jurídica¹¹.

Em Fortaleza-CE, um dos municípios em que se desenvolveu esta pesquisa, a criação dos Conselhos Municipais tomou por base a Lei n.º 7.990 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a criação do Conselho Escolar nas Escolas Públicas Municipais de Fortaleza e orienta sobre outras providências. No artigo 2º da referida Lei, fica declarado que o Conselho é um órgão colegiado de natureza jurídica de organização democrática¹². Dessa forma, sua atuação também consiste em fiscalizar e acompanhar o desempenho, e, quando solicitado, desempenhar funções administrativas ou político-pedagógicas. A formação do Conselho ocorre há a partir do agrupamento dos quatro segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, funcionários e professores.

Em Palmácia-CE¹³, não há de fato o estabelecimento de Lei municipal que crie os Conselhos Municipais de Educação. O que mais se aproxima das normativas referentes à participação social junto à comunidade escolar é a aprovação da Lei n.º 230/2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, que em sua composição deliberativa conta com dois representantes, pais de alunos das escolas públicas municipais.

9 <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares/legislacao>. Nos casos de Fortaleza, um dos municípios onde se desenvolveu a pesquisa, criação do conselho municipal de educação foi através do decreto N° 10. 851 foi divulgada no Diário Oficial de 28 de agosto de 2000. Criado através de decreto N° 10.

¹⁰ Artigo 2º da Lei N° 7990, de 23 de dezembro de 1996.

¹¹ Lei N° 7990, de 23 de dezembro de 1996.

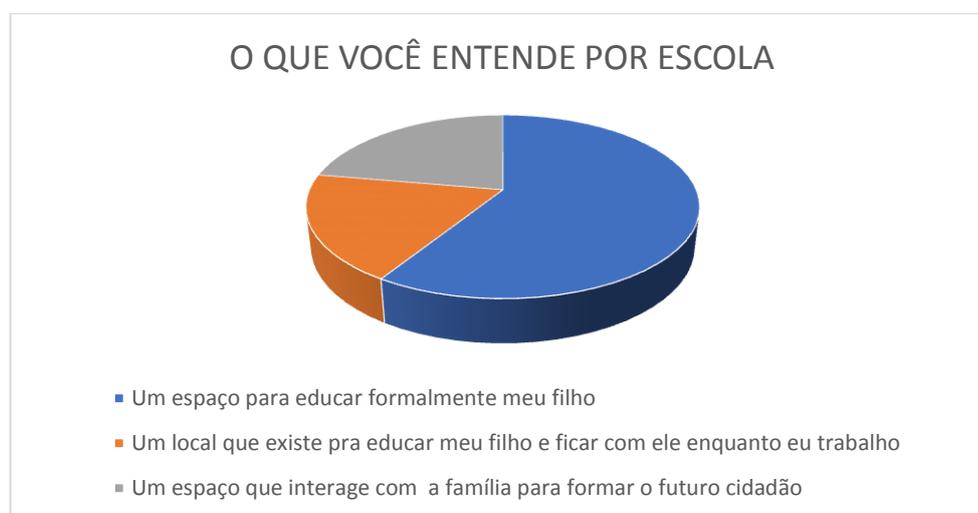
¹² http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=557-legislacao-fortaleza&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

¹³ O município de Palmácia está localizado na região serrana do maciço de Baturité. É relativamente novo com os seus 61 anos de emancipação do município de Maranguape. Com isso, os processos de implantação das Leis que normatizam a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão que direta ou indiretamente refletem no Ambiente Escolar, ainda estão em construção.

Posteriormente, o município cria a Lei n.º 125/2000, que trata do Conselho de Alimentação Escolar como mais um mecanismo acerca do controle interno e externo da aplicação e prestação de contas dos recursos do PNAE. A exemplo anterior, conta com representantes pais de alunos na composição deliberativa.

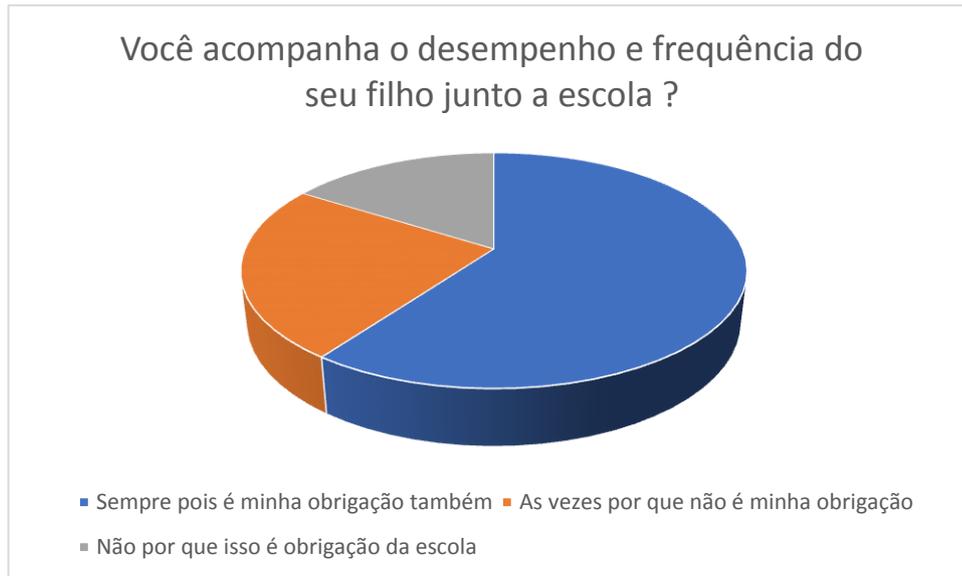
3.2 – A Concepção da Comunidade e dos Gestores Escolares sobre Gestão Escolar Participativa

No que se refere aos responsáveis, como resposta à primeira pergunta “O que você entende por escola?”, 53% marcaram a opção em que a escola é um espaço para educar formalmente seu filho, 17% indicaram que a escola é um local que existe para educar e cuidar de seu filho enquanto trabalha e 20% apontaram a opção em que a escola é um espaço que interage com a família para formar o futuro cidadão.



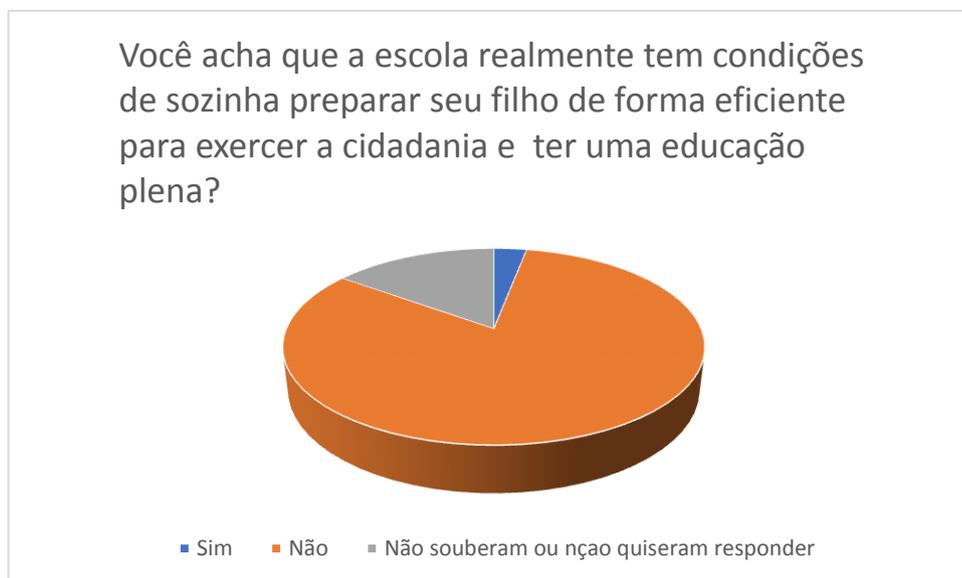
Fonte: Elaborada pelos autores.

Na segunda pergunta “Você acompanha o desempenho e frequência do seu filho junto à escola?”, 60% marcaram a opção em que sempre acompanha porque é obrigação do responsável, 24% escolheram a alternativa que diz que acompanha às vezes por entender que não é sua obrigação e 16% responderam que não acompanham por entender que é obrigação da escola acompanhar o aluno.



Fonte: Elaborada pelos autores.

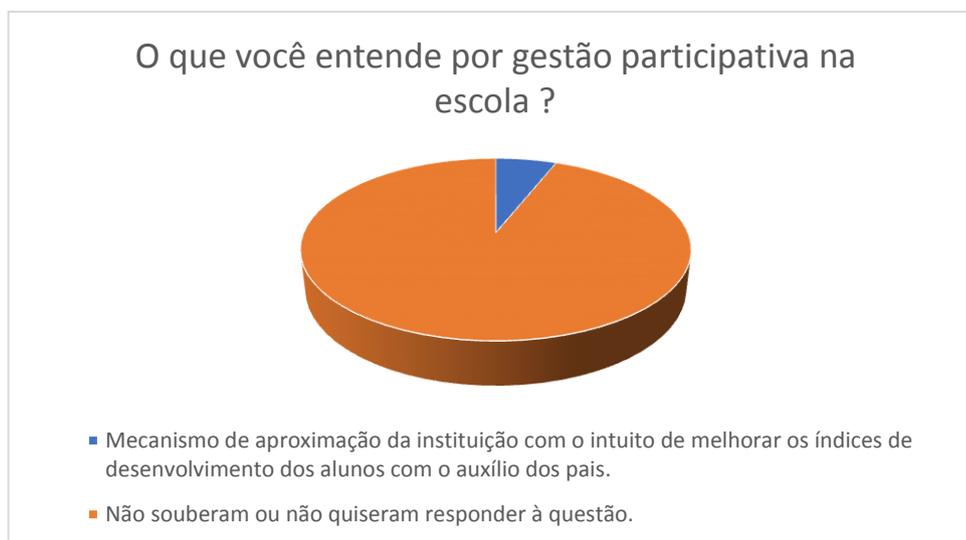
Na terceira pergunta “Você acredita que a escola realmente tem condições de sozinha preparar seu filho de forma eficiente para exercer a cidadania e ter uma educação completa?”, 82% dos entrevistados marcaram a opção que não, pois não é obrigação exclusiva da escola, 3% escolheram a alternativa a opção que sim, é obrigação dela, e 15 % não souberam ou não quiseram responder.



Fonte: Elaborada pelos autores.

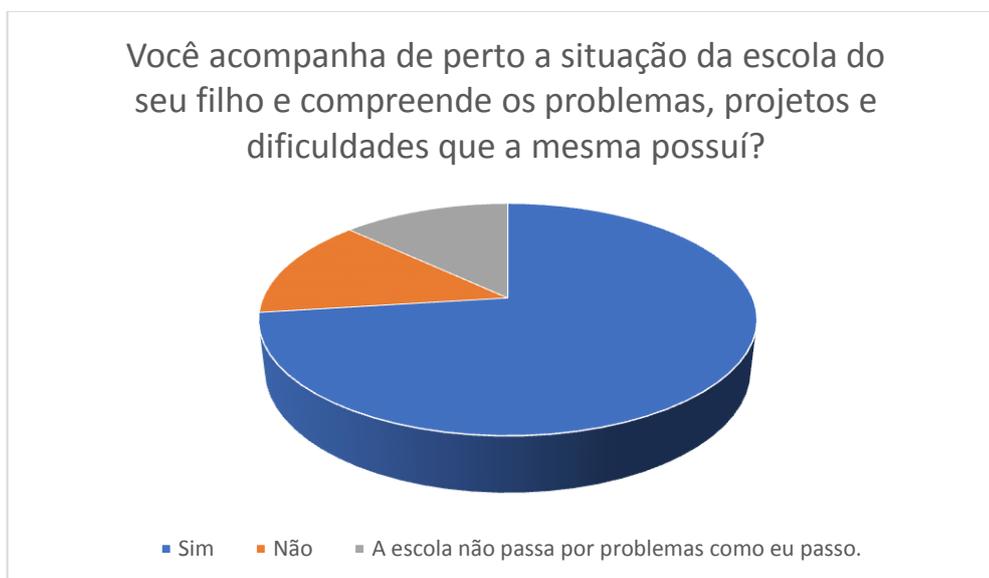
Na quarta pergunta “O que você entende por gestão participativa?”, que se tratava de uma questão aberta e necessitava de uma resposta mais complexa, apenas 6% dos responsáveis responderam que resumidamente ligam para a Gestão Participativa como um

mecanismo de aproximação da instituição com o intuito de melhorar os índices de desenvolvimento dos alunos com o auxílio dos pais. Os outros 94% não souberam ou não quiseram responder à questão.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Na quinta e última questão “Você acompanha de perto a situação da escola em que seu filho estuda e compreende os problemas, dificuldades, projetos e dificuldades que a escola possui?”, 73% entrevistados marcaram opção sim, 14% marcaram a opção não e 13% marcaram a opção que não tem os mesmos problemas que o responsável, caracterizando desinteresse em responder à questão.



Fonte: Elaborada pelos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que discutir a concepção que a comunidade e o Gestor Público Escolar tem sobre participação popular no ambiente escolar é muito delicado, e que este trabalho é apenas um passo inicial produzido de forma descritiva para se compreender e, posteriormente, se pensar em possíveis propostas de intervenções na Gestão Pública Escolar.

No que diz respeito às conclusões, pode-se parcialmente afirmar com base nas fontes obtidas e na bibliografia consultada que há, sim, a participação da comunidade por meio de representantes da comunidade civil, e da comunidade escolar.

Quanto à noção sobre Gestão Escolar Participativa por parte da comunidade, percebe-se que existe uma ideia não clara sobre o tema, e que na maioria dos casos a comunidade de pais ou responsáveis desconhece a existência de que pode haver um representante da comunidade compondo o conselho escolar. Compreende-se também que não há processos de divulgação por parte da escola ou dos conselhos perante a comunidade sobre sua atuação política e representação social.

Quanto ao processo de tomada de decisão da comunidade junto à escola, percebe-se que ainda há a presença da verticalização da decisão tanto por parte da Escola, como a ideia de que pode resolver tudo e os pais acabam não se interessando de fato pelos reais problemas da instituição perante os processos de tomada de decisões.

Quanto à gestão empregada, percebe-se que há forte influência do modelo burocrático de gestão. Por mais que haja participação nos processos de discursão, percebe-se sutilmente a presença da hierarquização nas tomadas de decisão e centralização.

A participação da comunidade por meio de representante escolhido é garantida e regida por lei, que define a natureza de composição dos conselhos, sua natureza e finalidade. Fora a participação por meio de conselhos, percebem-se pequenas manifestações isoladas no interior Escolar no decorrer do ano letivo, que, ao que parece, mais tentam convencer uma medida política pensada (que precisa ganhar espaço e adesão) que de fato ações discutidas coletivamente e pensadas de forma democrática. Surge mais como um pacote de medidas que devem ser seguidos pelos responsáveis.

Portanto, conclui-se que a Gestão Pública Escolar precisa sair da estrutura fechada de conselho e apresentar sua função para a comunidade como representante, e que outras medidas de intervenção precisam ser pensadas para que haja de fato mais democratização e participação nos processos de tomada de decisão escolar. Espaços como o portal da transparência ajudam a deixar clara a informação, porém existe uma questão relacionada à

educação que vai de encontro à cultura, que consiste no hábito de acreditar que o espaço escolar é o detentor da melhor e mais eficiente forma de saber e de gerir o saber, e que, portanto, não há necessidade de todos buscarem fiscalizar ou tomar conhecimento sobre como o dinheiro público, as diretrizes educacionais e as formas de conhecimento empregadas não precisariam supostamente serem aplicadas à Escola Pública.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, B. H. C. L. Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa. Ed. Elfez, [S.L.], 2001. ABRANCHES, M. **Colegiado escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo. Cortez, 2003.
- Conselhos de educação. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tp/26749/perguntas-e-respostas-o-que-sao-e-como-funcionam-os-conselhos-municipais-de-educacao/> >. Acesso em: 13 mai. 2018.
- CONSTANTINO, D. **Novo Ensino Médio deve começar a valer só em 2021**. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/novo-ensino-medio-deve-comecar-a-valer-so-em-2021-veja-o-que-muda-apwer16r2vyaatn0jqgwkv7t5> >. Acesso em: 12 jul. 2017.
- Câmara Municipal de Palmácia**. Disponível para consulta em: < http://cmpalmacia.ce.gov.br/?page_id=1756 >. Acesso em: 12 jul. 2017.
- DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão na Educação Básica no Brasil**: Limites e Perspectivas. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf> >. Acesso em: 29 nov. 2017.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo. Atlas, 2009.
- FREIRE, P. 1921 – 1997. **Política e educação**: ensaios / Paulo Freire. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- GIL, A. CATEANO. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRACIOLLI, E. **Escola sem partido é uma escola sem debate**. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/17/escola-sem-partido-e-uma-escola-sem-debate-afirma-professor/> >. Acesso em: 17 nov. 2017.
- CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Gestão Democrática**. 2014. Disponível em: < <http://educacaointegral.org.br/glossario/gestao-democratica/> >. Acesso em: 20 ago. 2017.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.
- MARANALDO, D. **Estratégia para a competitividade**. São Paulo. Produtivismo, 1989
- MARTIN, J. **A grande transição**. São Paulo: Futura. 1996.
- MARTINS, J. P. **Administração escolar**. São Paulo: Atlas, 1991.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares**: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília: DF, 2004. p. 23-27

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão na Educação**: 2.1. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. 2014. Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2017.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=557-legislacao-fortaleza&Itemid=30192

Profa. Denise Lima Rabelo – Especialista – Docente da UVV; Profa. Márcia Valéria Ferreira de Carvalho – Mestre – Docente da UVV. **Estratégias inovadoras em estruturas conservadoras**: a gestão das impossibilidades. Disponível em: < http://www.old.angrad.org.br/_resources/_circuits/article/article_1026.pdf >. Acesso em: 12. jul. 2017.

REVISTA TRABALHO E EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/303/286> >. Acesso em: 9 fev. 2017.

SANTOS, A. R. *et al.* **Gestão do conhecimento**: uma experiência para o sucesso empresarial/organizadores. Curitiba: Champagnat. 2001.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Art. ° 205. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp >. Acesso em: 5 out. 2017.

RODRIGUES, E. **Participação e política pública educacional**: educação com gestão democrática? Universidade Federal de Pernambuco. 2011. Disponível em: < <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0175.pdf> >. Acesso em: 28 nov. 2017.

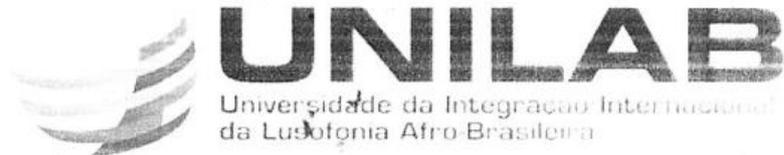
SANDER, B. **Gestão Educacional**: Concepções em disputa. 2007. Disponível em: < http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/revista_retratosdaescola_04_2009_gestao_educacional.pdf >. Acesso em: 17 mar. 2018.

SOUSA, A. R. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf> >. Acesso em: 17 mar. 2018.

SECCHI, L. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf> >. Acesso em: 17 mar. 2018.

VALENTE, N. **As Principais Reformas na Educação Brasileira**. Disponível em: < <http://gibanet.com/2012/10/03/as-principais-reformas-na-educacao-brasileira/> >. Acesso em: 30 nov. 2017.

ANEXO I - ENTREVISTA GESTORES



Data: 04/04/2018

Aluno: Francisco José Simplicio Cavalcante
Daniel dos Santos Carneiro
Francisca Fladiana de Sá Ruiz

Gestor

1. Existem mecanismos de Participação dos pais e da comunidade na Escola
- SIM
 Não

Quais dos mecanismos da Gestão Escolar Participativa existentes na instituição?

conselho escolar, que tem a responsabilidade de disciplinar e acompanhar os recursos do F.N.D.E. da escola. Que são recursos voltados para manutenção da escola, como compra de materiais escolares, materiais de limpeza, bebedouros, e materiais didáticos, e manutenção para pequenos consertos, como: troca de tampadas, portas, etc.

Qual sua avaliação sobre a participação dos Pais e da Comunidade.

Quando chamados são bem participativos; pois na presença da maioria, só ocorre quando são convocados para reuniões de pais e mestres.

ANEXO II - ENTREVISTAS GESTORES



Data: 04/04/2018

Aluno: Francisco José Simplicio Cavalcante
Daniel dos Santos Carneiro
Francisca Fladiana de Sá Ruiz

Gestor

1. Existem mecanismos de Participação dos pais e da comunidade na Escola
 SIM
 Não

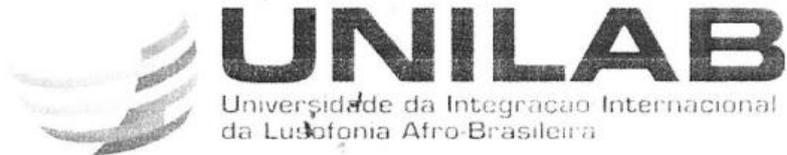
Quais dos mecanismos da Gestão Escolar Participativa existentes na instituição?

No meu conhecimento de pessoas existem alguns mecanismos que existem na participação da comunidade dos pais com o Conselho Escolar e as reuniões, mas que os pais não consideram a participação.

Qual sua avaliação sobre a participação dos Pais e da Comunidade.

O elo de ligação entre família e escola é crucial, na educação, mas esse elo está sendo perdido por falta de participação e estruturação para fazer caminhar para o processo da educação.

ANEXO III - ENTREVISTAS GESTORES



Data: 04/04/2018

Aluno: Francisco José Simplicio Cavalcante
Daniel dos Santos Carneiro
Francisca Fladiana de Sá Ruiz

Gestor

1. Existem mecanismos de Participação dos pais e da comunidade na Escola
 SIM
 Não

Quais dos mecanismos da Gestão Escolar Participativa existentes na instituição?

Adotando que a Educação é responsabilidade de todos Família e Escola, criamos um mecanismo para trazer os pais e escola como encontro com a família, visita de mutuares. Criando um vínculo de apoio, buscando a valorização de todos que estão presentes na instituição. Temos destaque que com esse parceria nossos resultados e objetivos são alcançados. Enfim, estamos sempre em busca de sempre melhores e formadores de cidadãos de bem com futuro garantido e com sucesso.

Qual sua avaliação sobre a participação dos Pais e da Comunidade.

A participação dos pais é notável com os resultados dos filhos, avalia como positiva. Os pais fazendo seu papel na educação dos filhos na escola esculpando, tornando uma educação tão sorbada.

ANEXO IV – GESTORES



Data: 04/04/2018

Aluno: Francisco José Simplício Cavalcante
Daniel dos Santos Carneiro
Francisca Fladiana de Sá Ruiz

GESTOR

1. Existem mecanismos de Participação dos pais e da comunidade na Escola

SIM
 Não

Quais dos mecanismos da Gestão Escolar Participativa existentes na instituição?

Conselho - Escolar
- CAE (Conselho de Alimentação escolar)
- Conselho - PUNDEB

Em observância as normas institucionais de educação as escolas do Fundamental I e II, possuem os segmentos deliberativos supra citados.

Qual sua avaliação sobre a participação dos Pais e da Comunidade.

Bom

